



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

NÚCLEO DE GESTÃO

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**O FEUDALISMO COMO FORMAÇÃO PRÉ-CAPITALISTA EUROPEIA E O
DEBATE SOBRE O FEUDALISMO NO BRASIL COLONIAL**

RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA

CARUARU – PE

2016

RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA

**O FEUDALISMO COMO FORMAÇÃO PRÉ-CAPITALISTA EUROPEIA E O
DEBATE SOBRE O FEUDALISMO NO BRASIL COLONIAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Pernambuco – UFPE-CAA, como requisito parcial para obtenção da graduação em ciências econômicas.

Orientador: Prof. André Luiz de Miranda Martins.

CARUARU - PE

2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier CRB/4 - 1242

C837f Costa, Rafael de Oliveira.
 O feudalismo como formação pré-capitalista europeia e o debate sobre o feudalismo
 no Brasil colonial. / Rafael de Oliveira Costa. – 2016.
 40f. ; 30 cm.

 Orientador: André Luiz de Miranda Martins
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
 Pernambuco, CAA, Economia, 2016.
 Inclui Referências.

 1. Feudalismo. 2. Capitalismo. 3. Colonização - Brasil. I. Martins, André Luiz de
 Miranda (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2016-199)



Universidade Federal de Pernambuco

Centro acadêmico do Agreste

Departamento de Economia

**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DA MONOGRAFIA EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE:**

RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato Rafael de Oliveira Costa **APROVADO**.

Caruaru, 27 de Janeiro de 2016.

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins
Orientador

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa
UFPE/CAA

Prof. Msc. Artur Gilberto Garcéa Rocha
Faculdade de Ciências Humanas - ESUDA

RESUMO

Este trabalho analisou as mudanças ocorridas na transição do feudalismo para o capitalismo e as causas dessas mudanças. Também foi feita uma análise da possível existência de um sistema feudal no Brasil durante o período colonial. Foi apresentado que o sistema feudal vigente na Europa ocidental serviu de base para o surgimento do capitalismo e as mudanças ocorridas entre os séculos XI e XIII geraram crises do antigo regime e acelerou sua desintegração cedendo lugar para o capitalismo nascente, sendo que durante esse período de transição predominou um sistema que muitos historiadores chamam de pré-capitalismo. Em relação ao Brasil, houve sua colonização pelos portugueses influenciados pela expansão do comércio mundial que buscavam lugares para a produção de mercadorias lucrativas e mercados seguros para seus produtos. A colonização que predominou no Brasil teve uma economia de característica pré-capitalista, no qual havia elementos de um capitalismo nascente misturado com elementos que lembravam os feudos existentes na Europa.

Palavras-chave: Feudalismo, Capitalismo, Colonização, Brasil colonial.

ABSTRACT

This study analyzed the changes in the transition from feudalism to capitalism and the causes of these changes. An analysis possible existence of a feudal system in Brazil during the colonial period also was made. It was submitted that the current feudal system in Western Europe was the basis for the emergence of capitalism and the changes that occurred between centuries XI and XIII generated former regime crisis and accelerated its disintegration giving way to the nascent capitalism, that being during this period transition predominated one system that many historians call pre-capitalism. With regard to Brazil, there was colonization by the Portuguese influenced by the expansion of world trade seeking places for the production of profitable goods and secure markets for their products. The colonization that predominated in Brazil had an economy of pre-capitalist feature, in which there were elements of a nascent capitalism mixed with elements reminiscent existing feuds in Europe.

Keywords: feudalism, capitalism, colonization, colonial Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I.....	9
1.1 O Feudalismo	9
1.2 A crise do sistema feudal	14
1.3 O pré-capitalismo	19
CAPÍTULO II	24
2.1 Expansão do capitalismo e colonização do Brasil.....	24
2.2 Economia colonial brasileira	28
CONCLUSÕES	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

INTRODUÇÃO

A transição do feudalismo para o capitalismo marcou profundamente os rumos da história e alterou as relações sociais e econômicas existentes. Nesse período histórico sai a figura do senhor feudal que comandavam os feudos para dar lugar ao burguês capitalista que acumulou riquezas através da expropriação e posteriormente influenciou o desenvolvimento capitalista. Também a figura do servo com sua família que prestava serviço nos feudos para os senhores feudais desaparecem para ceder lugar à divisão do trabalho e ao emprego remunerado. Essas mudanças não ocorreram de forma pacífica, automática e nem de uma fase para outra: houve crises, conflitos, período de pré-capitalismo até se chegar ao capitalismo consolidado. Os conflitos de interesses acabaram reforçando a centralização de poder em torno de uma autoridade maior que posteriormente abriram espaço para o surgimento dos Estados nacionais absolutista na Europa.

O surgimento dos Estados nacionais, fim do feudalismo e início do capitalismo fortaleceu o comércio e os interesses dos comerciantes foram além dos limites dos Estados nacionais, dando origem às expedições marítimas através dos oceanos e para garantirem mercados seguros houve o início da colonização em outras áreas, principalmente na América. (Ásia e Oceania só teriam sua colonização efetivada no século XIX). O Brasil tornou-se colônia de Portugal justamente porque os portugueses que já haviam consolidado a centralização do Estado em torno do rei buscavam mercados seguros para o seu comércio, já que antes de efetivar a colonização do Brasil os portugueses possuíam colônias no oceano atlântico com produção de açúcar e trabalho escravo. Foi essa experiência existente tanto internamente como externamente que Portugal implantou no Brasil como melhor forma de administrar a colônia. Isso gerou a discussão de se o modelo português implantado era um tipo de feudalismo ou um pré-capitalismo com características mercantilistas.

O presente trabalho tem como objetivo analisar o período que se inicia com o sistema feudal, passando pela crise do feudalismo e chegando a fase do pré-capitalismo, período que serviu de base para a consolidação do capitalismo. Também é apresentada uma discussão sobre uma suposta existência do feudalismo no Brasil, partindo das observações feitas em relação às mudanças ocorridas em Portugal para sem seguida chegar-se ao Brasil-colônia.

A análise do trabalho será feita baseada em pesquisas bibliográficas de livros e artigos acadêmicos referentes ao tema abordado. O trabalho divide-se em dois capítulos além dessa introdução. O primeiro capítulo que se divide em três seções apresenta a discussão a respeito

do sistema feudal, a crise desse sistema e o surgimento do pré-capitalismo. O segundo capítulo divide-se em duas seções, sendo que a primeira seção apresenta a formação e expansão marítima portuguesa até colonização do Brasil e a segunda seção discute sobre a economia colonial brasileira. A última parte do trabalho é a conclusão.

CAPÍTULO I

A transição do Feudalismo para o capitalismo

1.1 O Feudalismo

O Feudalismo tratou-se de um sistema econômico implantado na Europa Ocidental após a queda do Império Romano no século V¹ e teve como característica um sistema autossuficiente, fechado e descentralizado no qual teve como base o trabalho no campo e o meio rural como forma de sistema econômico. De acordo com Hill (2009), o Feudalismo é definido como uma forma de sociedade no qual a agricultura é à base da economia e o sistema político é constituído em um monopólio que concentrava poderes nas mãos da classe de senhores proprietários de terras. A massa da população era constituída de camponeses que possuíam forte ligação com a terra e seu trabalho e recebiam em troca parte do que era produzido sob a forma de víveres ou mercadorias que posteriormente eram usadas como troca de bens.

Em geral, a sociedade feudal era composta pela classe dos sacerdotes que faziam parte da igreja e possuíam privilégios, pelos guerreiros que pertenciam às classes nobres e dedicavam-se parte do seu tempo em guerrilhas e pelos trabalhadores que atuavam na terra e produziam para o sustento das outras classes. Um feudo funcionava em torno da produção agrícola e sua economia dependia diretamente do que era produzido no campo. Huberman (1981) afirma que os feudos eram semelhantes na sua produção e na relação direta com a terra:

“A maioria das terras agrícolas da Europa ocidental e central estavam divididas em áreas conhecidas como ‘feudos’. Um feudo consistia apenas de uma aldeia e as várias centenas de acres de terra arável a circundavam e nas quais o povo da aldeia trabalhava. Na orla da terra arável havia geralmente, uma extensão de prados, terrenos ermos, bosques e pasto. Nas diversas localidades, os feudos variavam de tamanho, organização e relações entre os que habitavam, mas suas características principais se assemelhavam de certa forma” (HUBERMAN, 1981 p. 5-6).

¹ Essa queda do Império Romano compreende ao lado ocidental, pois no ano de 395 o império foi dividido em duas partes e o lado oriental com sede em Constantinopla sobreviveu por quase mil anos, só caindo no ano de 1453, episódio que é considerado como o fim do período feudal.

Apesar das semelhanças, cada feudo possuía o seu senhor feudal que estava acima das outras pessoas que integravam a propriedade feudal. Além das terras aráveis, havia uma parte que constituíam de florestas e bosques que era de uso comum enquanto a outra parte era destinada para aqueles que arrendavam a terra, no qual exploravam a terra e pagavam certa remuneração ao proprietário das terras. Nesse sistema, o servo fazia parte do feudo e trabalhava na produção agrícola e este mantinha sua família ligada diretamente na propriedade, sendo que geralmente um servo herdava de sua família o direito de trabalhar na terra, mas diferentemente da escravidão o servo não era comprado, vendido ou usado como mercadoria e nem sua família era dividida para trabalharem em outras propriedades (HUBERMAN, 1981).

Nesse período de descentralização, a Igreja Católica² assumiu papel importante como guia de todos os movimentos nas aldeias. O clero tornou-se o principal porta-voz nas aldeias, informando aos camponeses todos os acontecimentos e os problemas de orientação econômica e a própria paróquia na maioria das vezes coletava e distribuía donativos para os pobres. (HILL, 2009).

Esse fortalecimento da Igreja se deu pelo fato do enfraquecimento e queda de um Estado forte e centralizado como o Império Romano, deixando de existir um governo central que coordenasse as ações e com a dispersão dos povos antes dominados, houve espaço para que a igreja tomasse conta desse poder centralizado e que determinasse a forma de agir das pessoas. A igreja possuía o monopólio da escrita e a população de um modo geral era iletrada e a nobreza não possuía além da instrução básica.

Outro fator que fortaleceu a igreja foi o acúmulo de terras por parte do clero, fruto de doações originárias dos nobres que buscavam ajudar a igreja na promoção de assistência social aos pobres como também mantinham a tradição de doarem parte das terras conquistadas através das guerras para a igreja como forma de ajuda e de receber as bênçãos do clero. Numa época em que o capital era improdutivo e inativo, a igreja acumulou muitas riquezas chegando a dominar um terço das terras aráveis da Europa ocidental durante o período feudal (HUBERMAN, 1981).

De acordo com Lima (2008), a característica descentralizada do feudalismo com produção autossuficiente dificultou a interação entre os feudos e com isso impediu a construção de um Estado nacional. Na época do sistema feudal, não existiam nações na Europa como existem atualmente, sendo que a Igreja era a única instituição que estava

² Como a Igreja Católica Romana foi a única instituição religiosa oficial presente na Europa Ocidental durante o feudalismo, em vários textos os autores para simplificar menciona apenas como “a Igreja”.

presente nos feudos. Merrington (2004) afirma que o Feudalismo foi o primeiro sistema econômico e de produção no qual permitiu a ausência de um poder central soberano, cedendo lugar a comunidades autônomas para a produção agrícola, para o comércio e para a produção nas cidades³.

No período feudal, o comércio e a indústria estavam resumidos as cidades e estes eram controladas pelas guildas⁴, que restringiam o mercado local, a produção e a concorrência entre os comerciantes. Nesse período, os burgos⁵ constituíam em associações de comerciantes que controlavam todo o comércio ocorrido internamente e constituíam de um núcleo cercado de muralhas, o que facilitavam o controle desse comércio interno. Era comum os burgueses contribuírem em forma de impostos para o senhor feudal, pois os burgos estavam localizados em terras pertencentes aos feudos e em troca esses burgueses exigiam proteção militar e defesa do livre comércio dentro dos burgos com o objetivo de ampliar as relações comerciais entre os cidadãos. Com o tempo esse comércio acabou crescendo e foi além desses limites dos burgos. De acordo com Takahashi (2004), os comerciantes dos burgos apesar de possuírem o poder de controlar as trocas de mercadorias, não possuíam total privilégio urbano dentro da sociedade feudal.

Apesar de possuir uma economia essencialmente agrícola, as cidades tiveram um papel importante no período feudal, pois eram locais de comércio de mercadorias e da produção do artesanato. Esses locais situavam-se nas feiras livres e nos mercados, que na sua maioria comercializavam-se produtos como vinho, grãos, sal, couro e tecidos, além de produção em menor escala como metais e madeira. Nessas feiras havia o intercâmbio entre comerciantes, servos, pessoas do clero e até banqueiros que buscavam trocar mercadorias que atendessem suas necessidades.

Durante o seu surgimento e queda, o sistema feudal foi dividido por fases que marcaram avanços e retrocessos que no fim culminou com a dissolução e nascimento e consolidação do capitalismo. Essas fases não foram uniformes e a economia nesse período teve crescimento e retrocesso até a desintegração completa do modo feudal de produção e de relação social. De acordo com Hobsbawn (2004), as fases que caracterizaram o feudalismo são as seguintes:

³ Os Estados nacionais só viriam a surgir a partir do século XV com a crise do sistema feudal e sua substituição pelo capitalismo, quando nesse período começam a surgir a estrutura do Estado centralizado que junto com a burguesia passa a coordenar a economia, o comércio e a vida social de cada nação.

⁴ Hill (2009) afirma que as guildas eram um grupo que buscavam restringir toda a produção e o comércio a um determinado grupo de pessoas e que os artesãos trabalhavam sob essa forma, com um comércio fechado e estático.

⁵ Foi dessa expressão “burgo” que se originou a palavra “burguês” e dessa derivação surgiu o termo “burguesia”.

Primeira Fase: surgiu no período pós- queda do Império Romano com retrocesso econômico e social. Foi nessa fase que a dispersão das pessoas e a falta de um poder central favoreceram o surgimento de comunidades autônomas que resultou no surgimento do sistema feudal;

Segunda Fase: iniciou por volta do século X até o começo do século XIV, nessa fase conhecida como Alta Idade Média, teve como marca o crescimento populacional, do comércio agrícola, da manufatura e crescimento das cidades. Foi nesse período que iniciou as cruzadas contra os muçulmanos, ocorrendo à expansão da economia feudal e abertura comercial com o oriente através do Mediterrâneo;

Terceira Fase: corresponde ao período dos séculos XIV e XV e teve como marca a crise do sistema feudal motivada principalmente pela queda da produção agrícola, das manufaturas e do comércio. Também nessa fase teve queda populacional, revoltas contra a ordem social e crises políticas e ideológicas;

Quarta Fase: Ocorre entre os séculos XV ao XVII, que caracterizou pelo sinal de ruptura com o sistema feudal. Nessa fase houve revoluções burguesas, expansão do comércio e expansão marítima para lugares cada vez mais distantes da Europa, além do surgimento e formação de colônias na América, África e Ásia. Foi nesse período que o capitalismo começou a se consolidar.

No século XVIII, houve mudanças na conduta da sociedade burguesa que consolidou com a Revolução Industrial na Inglaterra que posteriormente expandiu-se para outros países que fortaleceu o comércio internacional, a divisão do trabalho e a mudanças profundas na sociedade europeia, fato que desintegrou por completo com o feudalismo e consolidação da economia capitalista.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels afirmam que o feudalismo não veio de forma pronta para ser implantado na Europa após a queda Império Romano. Segundo os autores, a forma militarista por parte dos germânicos e a dispersão dos povos pela Europa fez com que se construísse um sistema econômico fechado, descentralizado e de pouca ligação entre um grupo com o outro⁶. Marx e Engels (p. 6-8) afirmam que antes do surgimento do período feudal existiram formas de propriedades como a tribal e a estatal. A propriedade tribal resume-se ao sistema rudimentar de produção como base na caça, pesca e coleta de alimentos

⁶ Numa correspondência de Marx a Engels publicada em *A Ideologia Alemã* (p. 75-76) o autor observou que no modo de produção asiático havia um Estado centralizador que coordenava as obras públicas voltadas para a agricultura, irrigação e finanças. Essa observação partiu de uma análise no qual povos dispersos possuíam grandes obras que interligavam um grupo ao outro.

e existe pouca ou nenhuma divisão do trabalho⁷. Com o crescimento da população e consequentemente com o aumento da demanda por parte da tribo, há pouco a pouco o desenvolvimento do trabalho escravo principalmente após a invasão de uma tribo sobre outra.

Outra forma de propriedade apresentada é a estatal, no qual as reuniões de várias tribos através de acordos ou de guerras se unem em torno de um Estado centralizado e que este passa a comandar toda a produção e o comércio. Um exemplo disso é o caso da Grécia antiga e do Império Romano, no qual através da apropriação do Estado, determinados grupos passam a comandar todo o sistema econômico. Nessa forma de propriedade, a escravidão é presente e esta se torna a base de sustentação de uma burguesia que fazendo parte do Estado acaba adquirindo uma forma de propriedade privada e desenvolve-se nesse sistema a propriedade imobiliária com pessoas ligadas ao Estado tornando-se grandes proprietários de imóveis e terras.

A partir do século X, houve o início das cruzadas contra os muçulmanos e com isso novas rotas comerciais foram descobertas e isso fez com que intensificasse o comércio entre a Europa com outros povos e isso fez com que mudasse a base econômica da época, fortalecendo as cidades e reduzindo a força da agricultura nos feudos. Essas mudanças ocorridas serviram como base para o surgimento das manufaturas nas cidades e isso serviu de base para as transformações que resultaram posteriormente no surgimento do capitalismo e consequentemente na Revolução Industrial.

Em *Formações Pré-capitalistas*, Eric Hobsbawm na introdução (p. 31-33) afirma que o “feudalismo demonstrou com uma alternativa a comunidade primitiva no qual se implantou devido à baixa densidade populacional e total descentralização das comunidades”. Nessa situação, a área rural tornou-se o ponto de partida para o início de um novo sistema de organização social, ao contrário do antigo Império Romano, no qual o Estado prevalecia sobre os cidadãos e as cidades centralizavam o poder político e econômico.

Com o surgimento do feudalismo e tendo o campo como base, a nobreza feudal organizou a hierarquia e subordinou os servos ao trabalho do campo e pagava-se como salário parte do que era produzido pelos camponeses. Nas cidades, houve certa divisão do trabalho, principalmente entre os artesãos⁸. Em o *Capital*, Marx e Engels no livro “*O Processo de Acumulação do Capital*”, os autores afirmam que o poder da produção dos feudos dependia da quantidade de camponeses que produziam bens para os senhores feudais.

⁷ É essa forma de sociedade que os europeus encontraram na maior parte do continente americano durante a fase do colonialismo entre os séculos XVI e XVIII.

⁸ Para Vanzulli (2010), Marx sempre tinha em mente a oposição entre o proprietário de terra e trabalhadores, que nesse caso, aparece como a figura do trabalhador assalariado.

“Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela repartição da terra pelo maior número possível de camponeses. O poder do senhor feudal, como o dos soberanos, não depende da magnitude de suas rendas, mas do número de seus súditos, ou melhor, do número de camponeses estabelecidos em seus domínios”. (MARX E ENGELS, 1998 p. 831).

Em *Formações Pré-Capitalistas*, Marx (p. 65-66) afirma que o “trabalhador no sistema feudal mantém uma relação direta com a terra e faz do seu trabalho como propriedade”. Nesse caso, o trabalhador mantém forte vínculo com os seus instrumentos de trabalho, tornando-se o senhor da sua realidade e membro de uma comunidade em que trabalham. Nessa obra, Marx usa a análise que fez na sociedade germânica para explicar como o feudalismo surgiu de forma descentralizada. Para Marx (p. 75-76), essa característica de descentralização do feudalismo ocorreu devido a total ausência de um poder central no período pós-queda do Império Romano, no qual surgiu uma sociedade dispersa e sem controle central. Isso fez com que cada comunidade desenvolvesse uma economia autônoma, baseada na agricultura e na ligação direta do trabalhador com a terra. Essa ausência de um poder central efetivo e a dispersão das pessoas fez moldar as características da sociedade feudal, que perdurou até o século XVI.

1.2 A crise do sistema feudal

A partir do século XII, houve mudanças significativas na Europa Ocidental que influenciaram diretamente no modo e na estrutura feudal, como mudanças no comércio e na produção, fato que iniciou as transformações que provocaram posteriormente o fim do sistema feudal e o início do capitalismo. Até o século XIII, o sistema feudal atingia sua máxima expansão, época que ocorreu a conquista da Inglaterra e a abertura do Mar Mediterrâneo ao comércio entre Ocidente e Oriente depois da conquista de territórios antes ocupados pelos árabes. Isso facilitou a comunicação para além dos limites da Europa Ocidental, o que contribuiu para essa expansão da economia feudal. Porém, a partir do século XIII houve mudanças que marcaram profundamente a economia feudal e fez a Europa passar por períodos de crises como epidemias⁹ e carestia dos alimentos (FRAGOSO et. al., 1998).

⁹ De acordo com Huberman (1981), a epidemia de peste negra, doença pulmonar originária do oriente dizimou boa parte da população europeia nos séculos XIV e XV, chegando em algumas localidades a dizimar metade dos habitantes. Com isso houve elevação do preço da mão de obra alugada, já que a oferta de mão de obra de pessoas saudáveis e aptas para o trabalho estava diminuindo.

O início dessas transformações começou com o surgimento da figura do burguês, que este foi ganhando cada vez mais força em relação às outras classes sociais existentes na Idade Média. Defendendo seus interesses, a burguesia procurou fortalecer-se e com isso foi acumulando cada vez mais riqueza. Segundo Marx e Engels (2003), essa burguesia teve início a partir dos servos que possuíam privilégios:

“Dos servos da Idade Média originaram-se os burgueses privilegiados das cidades antigas. Desses burgueses, surgiram os primeiros elementos da burguesia atual”. (MARX E ENGELS, O Manifesto do Partido Comunista, 2003 p. 27)

Além das mudanças sociais ocorridas, as mudanças econômicas também determinaram para a crise do feudalismo. As mudanças comerciais romperam com os laços do antigo sistema forçando os habitantes dos feudos a absorverem uma nova ordem econômica que ia surgindo à medida que as mudanças iam se aprofundando. Sobre esse aspecto, Marx e Engels mostra claramente no Manifesto:

“O sistema feudal da indústria, no qual a produção industrial era monopolizada pelas guildas fechadas, agora não mais atendia às crescentes necessidades dos novos mercados. O sistema manufatureiro tomou o seu lugar. Os mestres das guildas foram postos de lado pela classe média manufatureira; a divisão do trabalho entre as diferentes guildas corporativas desapareceu em face da divisão do trabalho em cada oficina”. (MARX E ENGELS, O Manifesto do Partido Comunista, 2003 p. 27)

No livro *O Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels afirmam que as descobertas de novas terras e a expansão do comércio da Europa com outras localidades impulsionou o surgimento de um novo sistema e provocando a decadência do sistema feudal, ruindo a estrutura do sistema vigente e fazendo nascer um novo sistema, no qual a burguesia acabou impondo seus interesses sobre a sociedade. Para Marx e Engels, o fortalecimento da burguesia acelerou a transição do feudalismo para o capitalismo e subordinou a sociedade ao seu modo, como afirmam no Manifesto:

“A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou cidades enormes, aumentou tremendamente a população urbana em relação à rural, arrancando assim contingentes consideráveis da população do embrutecimento da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, os países bárbaros e semibárbaros aos civilizados, subordinou os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente.” (MARX E ENGELS, 2003 p. 30)

Marx e Engels demonstraram que além da abertura do comércio dos feudos com locais mais distantes como Oriente Médio e Ásia, a crise do feudalismo ocorreu também com o

surgimento da divisão do trabalho e do processo de expropriação das terras e dos camponeses. A terra depois de expropriada tornou-se um bem de valor, no qual a burguesia passou a lucrar com o comércio da terra. Com a crise do feudalismo, os camponeses que foram expulsos de suas terras migraram para as cidades aumentando a disponibilidade de mão de obra, Marx e Engels em *O Capital* (1998), afirmam que essa migração dos camponeses para as cidades teve como interesse também para aumentar a oferta de mão de obra para a indústria nascente e com isso favorecer os interesses da burguesia, já que maior oferta de pessoas para o trabalho nas cidades favorece o pagamento de remuneração menor, aumentando os lucros da burguesia¹⁰.

“A expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistência e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial; além disso, cria o mercado interno” (MARX E ENGELS, *O Capital*, 1998, p. 860-861).

Antes da expropriação, os camponeses trabalhavam em sistema de *autonomia*, ou seja, produziam por conta própria e consumiam tudo que eles mesmos produziam, com exceção de casos de necessidade de troca quando um camponês trocava parte de sua produção por outra produção que não possuía em seu feudo. Com o início da fase de expropriação, houve a dissolução desse sistema de produção, troca e consumo, forçando os camponeses a tornarem-se assalariados e consumidores, surgindo assim um mercado interno para os seus bens produzidos. Nessa nova forma de produção, o industrial garantia o seu lucro, a expansão da indústria e do seu poder diante da desestabilização social imposta pela própria burguesia.

As cruzadas ocorridas no século XI causaram consequências posteriores para o surgimento da crise e do feudalismo. Com o fluxo de pessoas em direção ao oriente, houve certa demanda para os produtos e os mercadores passaram a acompanhar as pessoas que se dirigiam com as cruzadas. Os cruzados que voltavam do oriente adquiriram gosto pelas mercadorias produzidas naqueles locais, exigindo uma demanda para esses produtos que eram inexistentes no lado ocidental, gerando um mercado novo e ajudando a expandir o comércio entre ocidente e oriente. As cidades do mediterrâneo preocuparam-se em voltar sua atenção para o oriente e com isso obter vantagens comerciais, fato que alterou profundamente as

¹⁰ Hilton (2004) afirma que à medida que ocorreram a concentração de terras e a expulsão dos camponeses e que a imigração desses para a cidade não só tornaram trabalhadores como consumidores dos produtos, devido à remuneração que recebiam pelo trabalho exercido na cidade. Esse fato só favoreceu o produtor, pois além de contar com a oferta de mão de obra ainda possuíam um mercado consumidor, embora a exploração sofrida pelos trabalhadores não permitisse um poder de compra satisfatório.

relações econômicas existentes contribuindo para a crise feudal e acelerando para o desenvolvimento de uma nova ordem econômica (HUBERMAN, 1981).

Outro fator que contribuiu para a crise e decadência do sistema feudal foi à aceleração da divisão do trabalho, no qual cada indivíduo passou a especializar em cada função e assim contribuir para o aumento da produção e do comércio. Marx em *A Ideologia Alemã* como Takahashi (2004) afirmam que o capital financeiro foi fator fundamental para acelerar essa divisão do trabalho. Nesse período de crise do sistema feudal houve também a diminuição da renda obtida pela aristocracia feudal, devido à diminuição das contribuições dos servos a classe aristocrata. Esse fato acelerou a fuga dos servos as cidades, contribuindo para o esvaziamento do campo e crescimento populacional da zona urbana, contribuindo para aumentar a oferta de mão de obra nas cidades¹¹.

Merrington (2004) afirma que as cruzadas ocorridas a partir do século XI contra os muçulmanos fez ampliar as relações comerciais da Europa com o Oriente, fazendo surgir novas rotas comerciais e fortalecendo o mercado interno e renascendo as cidades que desde queda do Império Romano havia perdido importância na economia europeia. Com isso, rompeu-se com os limites do sistema feudal e iniciando as transformações econômicas e sociais, fazendo ao longo do tempo desestruturar o modo feudal de produção e de sociedade, causando crises no sistema e fortalecendo um novo modo de produção que se consolidou com o estabelecimento do capitalismo a partir do século XVI.

Segundo Lefebvre (2004), a fuga dos camponeses para as cidades foi resultado do conflito dos senhores feudais com os servos. Esse conflito agravou mais devido ao fato de os senhores feudais aumentarem a exploração aos servos para custear seus gastos com novos produtos que viam de lugares distantes como Oriente Médio e Ásia. Esse aumento dos gastos aliado com a extravagância no estilo de vida fez com que os senhores feudais necessitasse de mais recursos para custear esse novo padrão de vida e com isso aumentou a exigência dessa aristocracia em relação aos camponeses, criando conflito com os servos e esses sem opção acabaram migrando para as cidades. Outro fator que contribuiu para essa migração dos servos para as cidades foi o desenvolvimento das cidades devido às mudanças na produção e no comércio, tornando a vida na cidade mais atraente e refúgio dos servos que buscavam oportunidades e emprego remunerado.

Nessa fase de crise que o feudalismo passava os camponeses não produziam apenas para o seu sustento, mas para também sustentar os senhores feudais e suas despesas com seu

¹¹ No período do feudalismo, estima-se que de cada dez pessoas, oito viviam no campo e estes camponeses eram subordinados à aristocracia fundiária e guerreira (FRAGOSO et. al., 1998).

exército e para custear o luxo da aristocracia que gastava com artigos caros vindo do oriente. Nesse período, não houve investimentos na ampliação de áreas para a expansão da agricultura e nem melhoramentos para aumentar a produção dos servos. Para custear os gastos crescentes dos senhores feudais, estes passaram a cobrar impostos cada vez mais elevados dos camponeses no que resultou no aumento de servos sem condições de trabalho e sem terras para trabalhar, resultando no aumento da pobreza e do endividamento rural, forçando os camponeses a abandonarem suas terras e migrarem para as cidades, tornando-se mendigos. O aumento da pobreza rural afetou diretamente a economia das cidades, aumentando o custo de vida dos jornaleiros, artesãos e comerciantes, devido à queda da colheita no campo (FRAGOSO et. al., 1998).

Dobb (2004) afirma que a ampliação do comércio para além dos limites dos feudos contribuiu para a decadência do sistema feudal, pois essa ampliação do comércio para lugares cada vez mais distantes criou uma “força externa” que pressionou o modo de produção local, no qual os comerciantes buscaram comércios mais lucrativos com lugares mais distantes e isso fez romper a estrutura criada em torno dos burgos. Outro fator apontado por Dobb para o declínio do feudalismo foi à fase no qual a aristocracia preocupou-se mais em exibir extravagância e luxo devido ao comércio exterior que trouxe para dentro dos feudos produtos que outros lugares que possuíam altos custos. Isso despertou o interesse da classe dominante e fez expandir dos gastos e com isso aumentar a exploração dos aristocratas sobre os servos.

Na Europa Ocidental, os pequenos produtores buscavam maior autonomia e liberdade de comércio em relação ao controle rígido imposto pelos senhores feudais e pelo monopólio das guildas. Essa busca foi tornando cada vez mais independente os pequenos produtores e isso com o tempo acelerou para desintegrar a estrutura econômica existente. Com a maior autonomia dos produtores, houve maior divisão do trabalho fazendo acelerar a substituição do antigo sistema pelo capitalismo nascente, contribuindo para a queda e extinção do antigo modo de produção e convivência social (DOBB, 2004)¹².

De acordo com Furtado (2007), o modo de produção do sistema feudal paralisou o desenvolvimento econômico e sua estrutura afetou negativamente a produtividade devido à ausência da divisão do trabalho e da interação entre os setores produtivos. Essa paralisia contribuiu ainda mais negativamente no período da crise do sistema feudal, agravando a situação econômica e social e acelerando a sua desintegração:

¹² Foi nessa análise que Dobb afirma também que esse processo desenvolveu certa maturidade antes do fim do sistema feudal, já que essa transição não se deu de um modo automático, ou seja, não ocorreu de modo uniforme e contínuo. Sobre esse aspecto de produção, Takahashi (2004) também afirma que essa mudança da produção foi o fator principal para a transição do feudalismo para o capitalismo.

“(...) O feudalismo é um fenômeno de regressão que traduz o atrofiamento de uma estrutura econômica. Esse atrofiamento resulta do isolamento imposto a uma economia, isolamento que engendra grande diminuição da produtividade pela impossibilidade em que se encontra o sistema de tirar partido da especialização e da divisão do trabalho que o nível da técnica já alcançado lhe permite”. (FURTADO, 2007 p. 87-88).

1.3 O pré-capitalismo

Após o período da crise do sistema feudal ocorrido a partir do século XII estendendo até o século XV, surgiu uma nova formação econômica na Europa Ocidental com mudanças significativas na sociedade e na estrutura econômica. Com a crise e dissolução do Feudalismo, houve a substituição dos feudos e dos burgos pela expansão das cidades e do comércio, expandindo as fronteiras comerciais além das fronteiras dos feudos e houve nesse período a expansão dos cercamentos e das expropriações por parte de uma nova burguesia que surgia das ruínas do antigo regime. A esse período de pós-feudalismo muitos historiadores classificam com o pré-capitalismo, fase que começa na decadência do feudalismo e serviu como base para a consolidação do capitalismo.

Tomando a Inglaterra como exemplo, o surgimento do capitalismo iniciou-se com a figura do arrendatário que possuía característica de um servo que Marx nomeou de *bailif*¹³. Este foi favorecido por receber da aristocracia instrumentos e assim ter condições de produzir mais do que os outros servos, se destacando no meio da produção agrícola e com isso firmando parceria na produção agrícola com os senhores feudais. Com o crescimento do poder dos *bailif*, este deixa de ser parceiro e em seu lugar surge o arrendatário livre que na busca de poder e lucro expande o seu capital e nesse ponto já conta com trabalhadores assalariados e parte do que produz entrega ao aristocrata parte do que produz como forma de pagamento pelo uso das terras. Esse esquema de produção continua estável até o século XVI, quando ocorre a revolução agrícola e a partir daí o arrendatário passa a ganhar cada vez mais poder (MARX E ENGELS, 1998).

Os nobres que possuíam menos recursos passaram a vender suas terras e com o processo de acumulação, muitos decretaram falência, pois não possuíam condições de concorrer com os grandes arrendatários, sendo que estes escaparam da crise e com isso adquiriram mais poder com o acúmulo de terras e de capital. Com isso passaram a comprar as

¹³ O Capital, volume II, p. 856-857

terras dos nobres menos afortunados e foram cada vez mais ganhando poder e a crise na agricultura só reforçou o poder dos camponeses enriquecidos.

De acordo com Huberman (1981), houve nessa fase aumento do preço da lã, fato que motivou os proprietários a cercarem as terras para criação de animais e para dispor de terras para seus interesses, acabaram expulsando os camponeses e arrendatários de onde estavam localizados. Para esses proprietários era mais lucrativo centralizar as terras e adotar criação extensiva do que dividir a terra e entregar para vários arrendatários. Com a criação extensiva e a expulsão dos camponeses, os proprietários de terras tornaram-se cada vez mais ricos e os habitantes expulsos fugiram para as cidades em busca de melhores condições de vida.

“O movimento de fechamento das terras provocou muito sofrimento, mas ampliou as possibilidades de melhorar a agricultura. E quando a indústria capitalista teve a necessidade de trabalhadores, encontrou para da mão de obra entre esses infelizes desprovidos de terra que haviam passado a ter apenas a sua capacidade de trabalho para ganhar a vida” (HUBERMAN, 1981 p. 102).

Com a revolução agrícola, o arrendatário acumulou mais poder e capital, enquanto a população ia ficando cada vez mais pobre. Isso aconteceu devido aos seguintes fatos (MARX E ENGELS, 1998):

- a) Contratos de arrendamento das terras por períodos muito longos com valores do arrendamento fixo. Isso favoreceu muito ao arrendatário nas despesas, no qual manteve as despesas com o arrendamento inalteradas enquanto os preços dos seus produtos iam cada vez mais crescendo e com isso favorecendo sua margem de lucro;
- b) Valorização dos produtos agrícolas. Com a expansão do comércio no século XVI aliado ao período de expansão agrícola, houve aumento na demanda por esses produtos e com isso o seu valor foi cada vez aumentando, ajudando ainda mais o arrendatário expandirem seus lucros e com isso fortalecendo o seu capital;
- c) Medidas de redução salarial. Cada vez mais surgiam medidas que rebaixaram os salários dos trabalhadores, fazendo estes ganharem cada vez menos com o passar do tempo e com a expulsão dos camponeses e sua migração para as cidades só ajudaram a fortalecer as medidas de rebaixamento de salários.

Marx e Engels (1998) reforçou a ideia da força que o Estado exerceu para controlar os salários e com isso atender os interesses da burguesia:

“A burguesia nascente precisava e empregava a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, comprimi-lo dentro dos limites convenientes à produção de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e para manter o próprio trabalhador num grau adequado de dependência. Temos aí um fator fundamental da chamada acumulação primitiva” (O CAPITAL, 1998 p.851).

O Estado além de atender os interesses da classe que passava a dominar a sociedade feudal, também se tornou importante para controlar as desordens que surgiam com a transição do feudalismo para o capitalismo. Com a imposição de uma ordem superior, houve combates aos saques, roubos e pilhagens por parte dos soldados feudais que se aproveitavam das ruínas do regime feudal.

Para Hobsbawn (1986), a transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu devido a uma evolução da economia feudal, que com a abertura do comércio e da expansão das cidades fez com que surgisse uma nova forma econômica que favoreceu os burgueses e com isso acelerou a acumulação primitiva.

“A transição do feudalismo para o capitalismo é um produto da evolução feudal. Começa nas cidades, pois a separação entre cidade e campo é o elemento fundamental e constante da divisão social do trabalho, bem como sua expansão desde o berço da civilização até o século XIX”. (HOBSBAWN, 1986 p.33)

Nesse comentário, Hobsbawn confirma o que Marx havia observado: que a divisão social do trabalho acelerou a formação do capitalismo e contribuiu para o fim do antigo sistema feudal. Essa divisão permitiu a o crescimento da produção e da expansão do comércio para lugares cada vez mais distantes, permitindo a especialização do trabalho aumento com isso a produtividade do trabalhador quando comparado com os servos feudais. Sobre a divisão do trabalho e o fortalecimento dos burgueses, Hobsbawn comenta:

“A defesa dos habitantes dos burgos contra os senhores feudais e a interação entre as cidades produziu uma classe de burgueses, a partir dos grupos de moradores das diversos burgos. A burguesia desenvolveu-se gradualmente, na medida em que diversas facções conforme a divisão do trabalho verificada e, finalmente absorveu todas as demais classes possuidoras”. (HOBSBAWN, 1986 p. 30).

Em *Formações Econômicas Pré-Capitalistas* (p. 114), Marx afirma que essa divisão do trabalho foi fator fundamental para aceleração da acumulação do capital e com isso ampliou os poderes de uma classe que cada vez mais expropriava bens e concentrava em suas mãos riquezas. Com isso, os camponeses que antes mantinham forte ligação com a terra e com seu trabalho no campo foram expulsos e passaram a emigrarem para as cidades, sendo

que muitos que não conseguiram emprego passaram a viver nas ruas em péssimas condições, sendo que muitas vezes passaram a serem acusados de vadiagem e desobediência as leis e aos costumes impostos pela classe dominante. Em *O Capital* (1998), Marx e Engels expõe as punições severas sofridas pelos camponeses expulsos de suas terras e constantemente eram vítimas de leis que visavam “punir” aqueles que estavam “promovendo” a vadiagem e serem conduzidos ao trabalho ao voltarem ao local de origem. Aqueles que desobedeciam poderiam ser torturados ou condenados à morte. Essas medidas impostas tinha o objetivo maior de facilitar a oferta de mão de obra a custos cada vez menores:

“Mendigos, velhos e incapacitados para trabalhar têm direito a uma licença para pedir esmolas. Os vagabundos sadios serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhe corra pelo corpo; em seguida, prestarão juramento de voltar à sua terra natal ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos “para se porem a trabalhar”. Que ironia cruel!” (MARX E ENGELS, 1998 p. 848).

Com a expansão do comércio e a conquista da América e a descoberta das minas de ouro e prata, os mercadores enriqueceram muito apesar a elevada inflação existente principalmente na Espanha. Os metais preciosos entravam pelo reino espanhol e espalhava-se pela Europa fortalecendo o poderio da burguesia e empobrecendo cada vez a população em geral por causa da inflação que corroía o poder de compra dos habitantes o que aumentava os níveis de pobreza¹⁴.

Takahashi (2004) concordando com Dobb afirma que o pequeno modo de produção foi se impondo gradualmente até substituir por completo o modo de produção feudal. Essa imposição fez com que aumentasse a produtividade, devido também ao aumento da divisão do trabalho, e isso ampliou o comércio para lugares mais distantes como Mediterrâneo, Europa Oriental e Ásia. Sobre essas diferenças entre o modo feudal e o capitalista de produção, Takahashi afirma:

“No feudalismo, a apropriação do trabalho excedente pelos senhores feudais ocorre diretamente pela coação não econômica, sem a mediação das leis econômicas da troca de mercadorias. No capitalismo, não apenas os produtos de trabalho são transformados em mercadorias, mas a própria força de trabalho se torna uma mercadoria”. (TAKAHASHI, 2004 p. 92).

¹⁴ Nessa fase, a ideia que predominava nos mercadores era de que o comércio só poderia beneficiar um e prejudicar os concorrentes. Com isso cada nação buscava ao máximo ampliar o seu comércio para não ser sufocado pela concorrência de outra nação (HUBERMAN, 1981).

Segundo Lima (2008), o período do pré-capitalismo foi marcado pela dominação patrimonial mediante o domínio do poder pessoal, no qual o burguês através do fortalecimento do poder passa a impor suas vontades à nova estrutura social e econômica que surgia. Com esse fortalecimento de poder, houve no período pré-capitalista o nascimento do capitalismo comercial, no qual expandiram os arrendamentos, cercamentos, tributos e venda de cargos, resultando na expansão marítima para além das fronteiras da Europa a partir do século XV, mas de acordo com o autor, esse pré-capitalismo difere do capitalismo moderno devido à ausência de uma visão de metas de lucro¹⁵, contabilidade e administração calculável.

Outro episódio ocorrido nas transformações econômicas existentes na Europa entre os séculos XIII e XVII foi à ascensão da classe de banqueiros que passaram a monopolizar a circulação de dinheiro e concedendo empréstimos aos burgueses que necessitavam de capital para investir. Inicialmente o comércio feudal que era constituído pela troca de mercadorias acabou sendo substituído pela moeda como forma de facilitar o intercâmbio comercial e facilitando tanto a oferta como a demanda por mercadorias, sem a necessidade de medir uma mercadoria pela outra para realizar uma troca. Com a expansão do comércio e maior volume de negócios, houve a necessidade de unificar os valores monetários e com isso acabou concentrando o capital financeiro nas mãos de uma classe que com o tempo adquiriu cada vez mais privilégio e poder.

Esses banqueiros concederam empréstimos principalmente no período de colonização da América e com isso recebiam além do capital emprestado, terras a coroa e metais preciosos retirado das minas da América. Antuérpia, cidade localizada no reino dos Países Baixos, possuíam poucas restrições em relação ao mercado monetário e com isso tornou-se a principal cidade financeira da Europa, deixando as cidades italianas para trás e deixando uma classe burguesa que residia na cidade com plenos poderes econômicos e financeiros comparados com o restante da Europa ocidental (HUBERMAN, 1981).

¹⁵ A busca do lucro sempre foi o objetivo da classe dominante e nessa fase do período pré-capitalista não seria diferente, mas o lucro nessa época tem mais característica mercantil do que propriamente capitalista, ou seja, o lucro visava mais a acumulação de riquezas e não o reinvestimento.

CAPÍTULO II

Discussões sobre a existência de um Brasil feudal

2.1 Expansão do capitalismo e colonização do Brasil

Após as transformações ocorridas na Europa que extinguiu o sistema feudal para ceder lugar a um novo sistema econômico que resultou posteriormente no capitalismo, houve expansão do comércio e do fornecimento de matérias-primas para a nova demanda que surgia no período pós-feudalismo. Essa expansão comercial foi além das fronteiras do feudo e atingiu distâncias cada vez maiores, indo além da Europa Ocidental, chegando a Ásia e Oriente Médio. Com a invasão dos turcos otomanos no século XV, houve a necessidade de buscar novas rotas comerciais para abastecer o mercado europeu e com isso iniciou-se a expansão marítima que atingiu a costa africana, a Ásia e as Américas, no qual se formou colônias para explorar recursos do continente americano.

O comércio europeu expandiu-se também pelo interesse da burguesia em buscar mercados cada vez mais lucrativos além de impor sua força para lugares além dos limites dos Estados nacionais que surgiam na Europa após o século XV. Sobre esse aspecto, Marx e Engels no livro *O Manifesto do Partido Comunista*, mostra que a indústria e os interesses da burguesia impulsionou a formação de colônias e de novos mercados:

“A indústria moderna estabeleceu o mercado mundial, para o qual a descoberta da América preparou terreno. Esse mercado deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação e à comunicação por terra. Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu à extensão da indústria; e na proporção que a indústria, o comércio, a navegação e as estradas de ferro se estendiam, na mesma proporção a burguesia se desenvolvia, aumentava seu capital e punha em plano secundário toda classe legada pela Idade Média”. (MARX E ENGELS, *O Manifesto do Partido Comunista*, p. 27)

Sobre essa nova ordem econômica que surgia após o século XV, houve a centralização dos antigos feudos em torno de um poder central representado pela figura do rei e com isso iniciou-se a formação dos estados nacionais na Europa. Nesse contexto, Portugal tornou-se o primeiro reino com poder centralizado já no século XIV. Essa centralização de poder aliado com a expansão do comércio fortaleceram as expansões marítimas pelo Oceano Atlântico, já que o comércio pelo mediterrâneo estava dominado pelos comerciantes italianos e

posteriormente pelos turcos otomanos. Isso forçou os portugueses a buscarem rotas alternativas e viram no Atlântico uma alternativa de expandir seu comércio e com isso foram formando colônias para a exploração de matérias-primas e metais preciosos. Com a descoberta do continente americano e após a formalização do Tratado das Tordesilhas em 1494¹⁶, Portugal sofreu pressão política para mudar seus modos de exploração e ocupar efetivamente a colônia americana (FURTADO, 2007).

Essas mudanças ocorridas nos séculos XV e XVI fizeram com que despertassem um sentimento no europeu de buscar novas rotas comerciais seguras e livres da concorrência e que favorecessem o monopólio da produção e do comércio, fazendo assim expandir consideravelmente seus lucros. Esse sentimento de nacionalismo só fortaleceu a instauração de um poder central que concentrava plenos poderes em torno de um rei que coordenava os interesses da classe dominante, o que facilitou a centralização e o poder de expansão para além do continente europeu. Sobre esse aspecto, Portugal como pioneiro na expansão marítima iniciou sua expansão pelas ilhas do Atlântico e África, no qual com a experiência acumulada nessas localidades buscou posteriormente colonizar o Brasil (CAIO PRADO JUNIOR, 1981).

Portugal tornou-se o primeiro país absolutista da Europa e também atravessou pelo período feudal e pela crise que assolou a Europa a partir do século XIII. Havia um soberano que era o principal proprietário de terras e passava o controle de várias terras para a exploração da aristocracia que era subordinada ao soberano. Essa transferência de poder aos aristocratas era repassada através do sistema de doações que os que recebiam pagavam alguma forma de tributo ao soberano que detinha os poderes naquele país. Os aristocratas dividiam a terra em reservas senhoriais e tenências, sendo que reservas eram diretamente exploradas pelo senhor feudal que recebiam parte da produção dos camponeses e jornaleiros (lavradores com pouca ou nenhuma terra que prestavam serviços aos feudos). As tenências eram exploradas pelos camponeses e doavam parte do que produziam ao aristocrata.

Em Portugal como no restante da Europa Ocidental, a agricultura era a base econômica do país. Como as terras portuguesas eram de território pequeno e agricultura ineficiente e praticamente com todo território voltado para o oceano, desde cedo despertou a vocação para o comércio marítimo e com isso ajudou a expandir sua economia para além de

¹⁶ Esse tratado foi firmado na cidade de Tordesilhas (Espanha), no qual dividia o mundo entre Portugal e Espanha. Nesse tratado foi estabelecida uma linha imaginária com uma distância de 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde (colônia portuguesa situada no Atlântico próxima a África). Com isso as terras a oeste da linha pertenciam a Espanha e as terras a leste da linha pertenciam a Portugal. Com isso, o reino português “herdou” parte do atual território brasileiro.

suas fronteiras. Já a partir do século XIII, os portugueses já negociavam com Flandes¹⁷, Norte da África e Espanha, enquanto internamente concentravam-se poderes em torno de uma monarquia centralizada e com isso foi impondo leis sobre o país e seu regimento dependia dos poderes dos aristocratas (FRAGOSO et. al., 1998).

No século XIV, Portugal passou também por um período de crescimento demográfico que facilitou a expansão da produção agrícola, porém com crescimento da concentração de terras nas mãos dos aristocratas, fato que mais tarde passou a prejudicar o andamento da economia portuguesa, acelerando as mudanças na estrutura social e na economia do país, fato que posteriormente alavancou a expansão marítima em busca de lucratividade para além do continente europeu:

“A recuperação demográfica a partir de 1430 se fizera a uma estrutura agrária caracterizada pela concentração de terras e, principalmente, por relações sociais que implicavam que parcela significativa da produção camponesa fosse parar nas mãos da aristocracia que mais cedo ou mais tarde, o crescimento econômico tanto nas cidades como no campo começasse a ser corroído por tal estrutura” (FRAGOSO et. al., 1998).

Com as transformações ocorridas tanto internamente como externamente, Portugal não fugiu à regra e necessitou de conquistar novos mercados para os seus produtos, além de buscar fornecimento de matérias-primas e de mão de obra escrava em seus domínios. Antes do Tratado das Tordesilhas, o reino português já possuía colônias nas ilhas do oceano atlântico como Açores, Madeira e Cabo Verde no qual já existiam desde o século XV a produção e comercialização do açúcar com mão de obra escrava africana, mostrando já nessa época existia um modo de produção diferente de um feudo com produção voltada ao comércio externo e trabalho compulsório, fato que mostrava ser diferente dos trabalhos feitos pelos servos durante o feudalismo. Outro interesse que os portugueses buscavam também era um comércio livre de concorrência facilitando assim o aumento dos lucros e com poderes de atuação sem ameaça externa ao comércio e a produção de produtos para a metrópole.

“Os portugueses eram mais aventureiros, traficantes e senhores soberanos estamentais de terra do que empresários, dirigentes e empreendedores comerciais ou capitalistas” (HIRANO apud LIMA, 2008 p. 75).

Segundo Furtado (2007), Portugal aproveitou essa experiência obtida nas ilhas do atlântico para impor seu sistema econômico na colônia americana e implantou um sistema de

¹⁷ Atual região do norte da Bélgica e parte do atual Países Baixos.

empresa colonial agrícola no Brasil. Inicialmente a exploração colonial resumiu-se a extração do pau-brasil e houve pouco interesse em colonizar efetivamente o Brasil e somente depois da pressão política sofrida que o reino português sofreu devido aos interesses franceses, Portugal decidiu ocupar efetivamente o Brasil e com isso buscou administrar a colônia de forma que esta passasse a dar lucros a metrópole. Com isso foi necessário fortalecer o um governo centralizado e forte para garantir a efetiva administração da colônia e evitar ataques externos por parte de outras metrópoles europeias.

Segundo Cunha (2011), a economia imposta pelos europeus na América possuía características mercantilistas, sistema que buscava sempre o acúmulo de riquezas através do estoque de meais preciosos na metrópole através da extração de minérios nas colônias. Sob esse aspecto Portugal não fugiu à regra e sempre buscou expandir sua colonização através da exploração de suas colônias sempre visando obter enormes lucros. Para manter seu crescente estoque de riquezas, Portugal como em outras metrópoles seguiu a regra de importar o máximo de metais preciosos e restringir ao máximo a saída de ouro e prata, porém como a burguesia se preocupava mais em acumular riquezas para adquirir produtos de luxo como forma de ganhar admiração social, parte do que foi acumulado era usado para comprar artigos e outros produtos importados.

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, estes encontraram uma região com vastas áreas cobertas de florestas e terras férteis e clima adequado para a exploração de produtos tropicais e extrativismo do pau-brasil. No interior do nordeste brasileiro encontraram uma região vasta, mas de clima seco e pouca disponibilidade de água enquanto os portugueses que se aventuraram pela Amazônia depararam-se com uma região de densa floresta e oferta abundante de água. A ocupação no sul do país só ocorreu posteriormente através na criação de gado e do comércio ocorridos na região (CAIO PRADO JUNIOR, 1981).

Com a efetivação da posse das terras brasileiras, coube ao reino português buscar mecanismos para explorar a colônia e resultar em lucros para a metrópole e aliviar a pressão sofrida devido à conjuntura econômica que Portugal atravessava, no qual com a agricultura deficitária e grande dependência do comércio externo, o que restava na colônia americana uma saída para o desenvolvimento da economia e suprir as necessidades econômicas existentes no reino português.

Entre os anos de 1578 a 1640, Portugal foi absorvido pelo reino espanhol e os dois países constituíram-se num só reino. Nessa fase, as colônias lusitanas também foram absorvidas pelos espanhóis e com isso seguiram a política externa do reino ibérico. Com isso, tanto Portugal como suas colônias atuaram de acordo com os interesses da Espanha passando

a tornarem-se inimigas de metrópoles que antes mantinham boas relações comerciais como, por exemplo, o Reino dos Países Baixos. Esse período de união enfraqueceu Portugal ameaçando sua soberania além de perder várias colônias que mantinham na África e Ásia e arruinar o comércio de escravos entre o continente africano e o Brasil. Somente em 1640 é que os portugueses definitivamente libertaram-se do domínio espanhol com ajuda da Inglaterra que a partir desse momento tornou-se o maior parceiro político e comercial de Portugal.

Com a libertação e recuperação de sua soberania, Portugal buscou reconquistar importantes colônias como a Nordeste brasileiro e algumas regiões da costa africana. Essa recuperação buscou garantir o retorno da produção do açúcar e oferta de mão de obra para os engenhos. Apesar dessa recuperação, o governo português não retornou ao mesmo nível que possuía antes e passou por um período de crise no qual somente restou fortalecer o monopólio comercial sobre o Brasil.

2.2 Economia colonial brasileira

No regime feudal, houve total descentralização de poder e pouca interação entre os feudos, tornando cada feudo autossuficiente e independente um do outro. No Brasil-colônia nunca houve características semelhantes ao feudalismo nesse aspecto devido à forma com que o país foi colonizado por uma metrópole que buscou impor sua ordem e garantir seu controle e evitar possíveis rebeliões contra a colonização. Entretanto, seria muito difícil centralizar todo poder de controle a uma metrópole que ficava distante da colônia, no qual a comunicação e imposição de poder seriam muito difíceis. Para haver um controle mais efetivo da colônia americana, Portugal necessitou distribuir o controle a outras pessoas que assim puderam descentralizar responsabilidades e com isso buscar administrar melhor cada região da colônia e assim garantir melhor controle de facilitar maiores lucros para a metrópole europeia.

Com a efetivação da posse do Brasil, houve problemas em relação à mão de obra disponível para o trabalho de extrativismo e posteriormente na produção do açúcar. Havia no país uma população indígena bastante dispersa que viviam de forma rudimentar além de possuírem nível cultural baixo. Apesar disso, houve a tentativa inicial de escravizar o indígena para trabalhos compulsórios, diferentemente do que era realizado pelos servos na Europa feudal. Os colonos queriam a mão de obra do índio para iniciar a exploração comercial e

econômica da colônia, mas os conflitos entre índios e colonizadores além da falta de adaptação e submissão ao trabalho e nova cultura imposta pelos portugueses resultou no fracasso na escravidão do índio. Isso resultou na expulsão ou aumento da mortalidade de indígenas devido a conflitos pela posse da terra (CAIO PRADO JUNIOR, 1981).

Segundo Furtado (2007), para atrair mão de obra da metrópole, era necessário pagar altos salários como forma de incentivo para deslocar pessoas da metrópole para o Brasil. Isso ia contra os interesses dos portugueses no qual buscavam ocupar o país sem investir e nem apresentar capital para iniciar a produção por essas terras. Para atrair mão de obra portuguesa para a colônia, a metrópole passou a distribuir terras para os colonos em forma de donativos e assim facilitar a exploração de forma mais descentralizada, mas submetendo-se a coroa portuguesa.

De acordo com Caio Prado Junior (1981), as terras distribuídas sob capitânias hereditárias deu poderes para que cada proprietário explorasse e que estes assumissem as despesas com transporte e estabelecimentos, porém estavam submetidos ao rei português e receberam orientação para que o comércio se voltasse apenas para a metrópole. Essa distribuição que recebeu o nome de sesmária apresentou semelhanças com os feudos da Europa, porém submetidos a um Estado controlador e produção voltada para o comércio internacional, diferente dos feudos no qual o senhor feudal tinha plenos poderes e o comércio externo era mais limitado e a produção tinha como objetivo a autossuficiência. Ainda segundo Caio Prado Junior, a economia colonial na época não possuía interesse em se voltar para o mercado interno, mas para atender os objetivos de exploração comercial:

(...) “Não se chegaria a constituir na era colonial uma economia propriamente nacional, isto é, um sistema organizado de produção e distribuição de recursos para a subsistência material da população nela aplicada; mas ficara-se modificando apenas a extensão do processo, nesta exploração comercial de um território virgem em proveito de objetivos completamente estranhos a sua população e em que essa população não figura senão como elemento propulsor destinado a mantê-la em funcionamento” (CAIO PRADO JUNIOR, 1981 p. 72)

De acordo com Fragoso et. al. (1998), a distribuição de terras brasileiras não foi de forma organizada de doação em forma de sesmária, havia também vários imigrantes que andavam pela colônia em busca de vantagens e assim conseguir terras para elevar seu nível social, o sonho de melhorar de vida e se igualar a um nobre senhor de terra motivaram muitos a saírem da metrópole e aventurarem-se pelo Brasil:

“É enganoso supor que a ocupação territorial na colônia tenha sido dado somente através da sesmaria. A posse pura e simples constitui-se na realidade, na forma mais comum de acesso à terra, em particular nos lugares onde pessoas com grandes capitais não se impuseram de maneira dominante. Durante toda a sua história, o Brasil registrou um alto grau de movimentação de seus habitantes. Era por excelência, um lugar de forasteiros” (FRAGOSO et. al., 1998 p. 63).

“O grupo mais prestigiado era sem dúvida o dos senhores rurais e a colônia, o lugar por excelência do enriquecimento. A casa grande e seu senhor representavam na época, a aspiração e quase todos os homens que, por vários séculos vieram para a colônia brasileira” (FRAGOSO et. al., 1998 p. 68).

Em relação à herança de patrimônio, era comum o casamento entre famílias para unificar a produção e fortalecer os negócios. Era hábito comum no período colonial esses casamentos terminarem em trocas de conhecimentos e de financiamento para ampliar a produção ou adquirir mais escravos. Num período de escassez de capital, era necessário unir forças para alavancar a produção e, sobretudo fortalecer o mercado exportador. Após o casamento e a unificação dos meios de produção, os descendentes herdavam o que foi agrupado com o matrimônio, dando continuidade ao fortalecimento e superando os problemas de falta de capital.

No Brasil-colônia, o ambiente rural que caracterizou o país era marcado pelo entrave ao desenvolvimento econômico do país. Em vários aspectos o Brasil rural assemelhava-se com o sistema feudal, como grande propriedade com poderes centrado no senhor de engenho cercado de funcionários que assessoravam e controlavam a produção nos engenhos, como também era marcado pela servidão compulsória que atuava diretamente na produção de mercadorias para serem vendidas no mercado (LIMA, 2008).

No período colonial brasileiro a sociedade dividiu-se em dois segmentos distintos, sendo que uma atendia os interesses da metrópole portuguesa e voltou-se para o comércio exterior e buscava seguir uma cultura totalmente europeia mesmo vivendo no Brasil e procuravam esbanjar luxo e poder através das riquezas conquistadas. O outro grupo era constituído pela população marginalizada que viva da subsistência e do trabalho livre que surgia como um “suporte” a rotina de trabalho existente como pecuária e apoio a produção açucareira. Além dessas duas classes existiam em grande número os escravos que foram capturados e trazidos da África para o Brasil (CUNHA, 2011).

Os burgueses que passaram a controlar a economia colonial em vários aspectos possuíam características de um feudo, como a produção autossuficiente de mercadorias e prestação de serviços nos engenhos, no qual existiam pessoas que faziam os serviços internos necessários para manter a produção. Outra característica de um feudalismo é a busca de

riquezas por parte dos senhores de engenho como forma de prestígio na sociedade, sendo que essa riqueza poderia vir da forma de metais preciosos, títulos ou terras. Nesse aspecto, há uma diferença significativa do capitalista, pois esse busca obter lucros através da mais-valia extraída do trabalhador e reinvestir o capital na produção e assim conseguir lucros maiores e em seguida maiores investimentos. Mas diferentemente dos feudos, os engenhos voltavam-se para a metrópole e havia pouco contato com outro engenho e existência mínima ou nula de comércio entre um engenho com outro engenho (SILVA, 2014).

Os portugueses que vieram para o Brasil eram na sua maioria composta de pessoas pertencentes à pequena nobreza e grupos não nobres, que sofreram perdas significativas com o processo de acumulação de capital no período de feudalismo para o capitalismo. Também faziam parte dos imigrantes portugueses funcionários da burocracia monárquica e burgueses, sendo que esses dois grupos tiveram privilégios na distribuição das terras e tornaram-se capitães-donatários da colônia brasileira. Inicialmente a intenção era explorar e logo voltar para a metrópole:

“Desde a década de 1530 considera-se que o Brasil foi colonizado para dar lucro à metrópole portuguesa, transformando-se numa colônia de exploração. Os homens que para cá se dirigiram seriam, portanto ‘exploradores’ que da nova terra só queriam tirar vantagens materiais, enriquecer e voltar a metrópole. Nada teria um sentido definitivo, sendo a transitoriedade a norma. Enormes latifúndios monocultores, produtores de bens exportáveis à custa da mão de obra escrava – eis a regra que deixava pouco ou nenhum espaço para as lavouras de alimentos” (FRAGOSO et. al., 1998 p. 50).

Apesar de algumas semelhanças com o feudalismo, o sistema colonial imposto no Brasil possuíam características que diferenciava do feudalismo propriamente dito. O primeiro aspecto dessa diferença era no objetivo da economia interna. Enquanto no feudalismo a produção era de caráter autossuficiente com produção voltada para o consumo do próprio feudo e em casos excepcionais para alguma eventual troca, no Brasil-colônia a produção era voltada para o comércio com a metrópole, que no qual repassava a produção para outros países. Os engenhos que existiam no país possuíam aspectos de empresa mercantil, que visavam o lucro e a expansão da produção de mercadorias. Apesar da distribuição de terras na forma de sesmarias, que em muito se assemelhava com os feudos da Europa, os objetivos aqui apresentados pelos portugueses eram distintos dos senhores feudais (LIMA, 2008).

Sobre o trabalho disponível para a lavoura, houve inicialmente a exploração do trabalho indígena para o extrativismo e a produção de açúcar nos engenhos sob a forma de

trabalho compulsório (escravidão). Com o tempo, os conflitos e as doenças contraídas pelos indígenas e a falta de adaptação ao trabalho compulsório dificultou o trabalho dos indígenas prestados aos portugueses e com o tempo houve a redução do número de índios disponíveis para o trabalho. Para suplantar a escassez de mão de obra houve a importação do escravo africano para trabalhar na lavoura e posteriormente nas minas de ouro que descobriram no século XVIII. Esse trabalho de forma compulsória não fazia distinção entre capital e trabalho e não houve separação entre essa relação e nesse aspecto esse sistema não podia ser considerado capitalismo propriamente dito, pois no sistema capitalista, o capital é distinto do trabalho e o trabalho livre e assalariado prevalece e nesse sistema todo excedente era retirado de forma obrigatória por meio da violência, fato que inibiu o fortalecimento do capital monetário e freou um avanço maior do capitalismo na colônia. Com isso esse período é marcado como uma fase pré-capitalista, com aspectos de capitalismo, mas com resquícios de um regime feudal (LIMA, 2008).

O regime de escravidão possuía sistema diferente de uma economia feudal composta por servos. Enquanto na Europa medieval o servo era dono dos meios de produção e estava diretamente ligado ao seu trabalho, no Brasil o escravo era considerado como propriedade do senhor rural e sua reposição e manutenção eram semelhantes a de um custo fixo de uma fábrica. Quando se necessitava de mais escravos, o proprietário ia ao mercado escravocrata para obter mais disponibilidade de mão de obra compulsória. Se houvesse morte ou invalidez do escravo, o seu custo para mantê-lo estava perdido¹⁸. O Brasil durante o período colonial tornou-se o principal importador de mão de obra escrava africana. Estima-se que entre os anos de 1701 a 1850 entraram no país cerca de três milhões de escravos, representando 38 % do total de escravos africanos que chegaram ao continente africano (FRAGOSO et. al., 1998):

“Tanto na plantation como na agricultura voltada para o abastecimento, ou mesmo nas cidades, a reposição física da escravaria – e, portanto, da própria relação social básica – se efetuava por meio do tráfico atlântico, terceiro traço distintivo de uma economia colonial típica” (FRAGOSO et. al., 1998 p. 95).

Furtado (2007) observou que a economia brasileira possuía características regionais distintas no qual era ligada pela submissão a coroa portuguesa e ao trabalho escravo presente em várias regiões do país¹⁹. As condições climáticas do país e os meios de transporte além dos

¹⁸ Para mais detalhes, ver também Furtado (2007).

¹⁹ Caio Prado Junior (1981) afirma que na Amazônia o trabalho compulsório era realizado pelo índio devido aos objetivos de explorar a região com objetivo de extrair recursos da floresta e sustentando o trabalho indígena seria mais fácil de buscar maiores lucros pelo fato de o índio nessa região está mais adaptado as condições climáticas e de trabalho do que o escravo africano.

recursos disponíveis que os portugueses iam encontrando definiram bem a economia de cada região:

“Observando em conjunto, a economia brasileira se apresenta como uma constelação de sistemas em que alguns se articulam entre si e outros permaneciam praticamente isolados. As articulações se operavam em torno de dois polos principais: as economias do açúcar e a do ouro. Articulada ao núcleo açucareiro, se bem que de forma cada vez mais frouxa, estava a pecuária nordestina” (FURTADO, 2007 p. 138).

Além da agricultura de caráter colonial voltada para o comércio exterior e a extração de produtos de alto valor comercial, surgiu no país alguma forma de manufatura apesar do monopólio imposto ao Brasil para não concorrer com a manufatura vinda de Portugal. Mesmo assim surgiu alguma forma de produção industrial que compensava a escassez desses produtos e serviços devido à grande distância entre colônia e metrópole e entre os centros que demandavam desses produtos. De acordo com Caio Prado Junior (1981), surgiu no Brasil-colônia indústria de carpintaria, metalúrgica entre outros, com o intuito de atender a demanda interna e suprir a escassez desses bens e serviços. Sobre esse aspecto, Caio Prado Junior afirma:

“Como artesãos autônomos os ofícios aparecem fora dos centros urbanos, nestes artesões ambulantes que de porta em porta oferecem seus serviços. Destes, os mais frequentes são os ferreiros que se ocupam, sobretudo em calçar as bestas dos trapos que circulam pelo interior. Mas é naturalmente nos centros urbanos de maior importância que as profissões mecânicas são mais numerosas; profissões propriamente, desligadas de outras atividades e autônomas, como não se dão em regra no campo” (CAIO PRADO JUNIOR, 1981 p. 75).

Em relação ao trabalho artesanal, havia o trabalho livre exercido pelos mulatos e os artesãos mais especializados eram auxiliados por um escravo e algumas vezes possuíam a ajuda de um menor aprendiz. Mas na maioria das vezes havia dispensa de adolescentes para ceder lugar a um escravo para exercer o ofício de artesão, mas de uma forma diferente do que ocorria no sistema feudal, não havia a figura distinta do mestre e do aprendiz e o escravo não podia ascender e tornar-se num futuro um artesão. Nisso, o escravo estaria sempre subordinado ao mestre artesão.

A partir do século XVIII, o Brasil passou por mudanças na base econômica e a mineração do ouro ganhou destaque na economia colonial no lugar da produção do açúcar, já que os engenhos tiveram queda na produção devido à concorrência com o açúcar produzido

nas Antilhas e o açúcar brasileiro contou com o mercado interno para sobreviver. Com a descoberta do ouro²⁰ a metrópole logo direcionou sua atenção que antes era voltada para o Nordeste em direção a região das Minas Gerais, para garantir o controle total da produção e exportação do ouro para Portugal. Para assegurar o controle da produção, foi criado um sistema de fiscalização e cobrança de impostos, que ao invés de uma alíquota sobre a produção, era cobrada uma parte do que era produzido. A mão de obra existente na mineração era composta por escravos africanos e trabalhadores livres que tinham a competência de dividir as terras e alocar certo número de escravos para a exploração do ouro. Nessa região, não havia condições de implantar uma agricultura forte que promovesse a autossuficiência na produção de alimentos para os que trabalhavam na exploração do ouro e com isso deixou os habitantes desses locais dependentes de alimentos e outros bens de consumo trazidos de outras regiões do Brasil-colônia.

Nesse aspecto, a exploração das minas possuía semelhanças com a exploração feudal, pois parte do que era produzido era pago em forma de tributação pelo uso da terra, mas diferente do que ocorria na Europa, os tributos eram pagos ao governo português através da fiscalização enquanto no feudalismo a tributação era paga ao senhor feudal. Porém, a fiscalização ineficiente e falta de preparo das pessoas que atuavam na fiscalização dificultava a arrecadação e recolhimentos dos tributos, permitindo a evasão e sonegação de impostos (CAIO PRADO JUNIOR, 1981).

O interior do Brasil começou a ser ocupado a partir do século XVII através da pecuária extensiva que se espalhou pelo interior do Nordeste alcançando o Centro-Oeste brasileiro e foi determinante para o povoamento do interior, apesar de predominar a ocupação esparsa, rala, com poucas pessoas em um vasto território. Para o trabalho na pecuária extensiva, houve a presença de trabalhadores livres e recrutamento do índio que se adaptou melhor para essa atividade do que na produção de açúcar nos engenhos.

Com a pecuária expandindo pelo interior, dificultou a importação de alimentos e outros produtos vindos da metrópole ou de outras regiões do Brasil-colônia, forçando a produção interna de bens e acelerando a divisão do trabalho na agricultura e no artesanato, embora de forma rudimentar. A expansão da pecuária chegou ao sul do Brasil e ajudou a efetivar a ocupação dessa região e com a pecuária o sul tornou-se exportador de couro para a metrópole (FURTADO, 2007).

²⁰ Segundo Caio Prado Junior (1981), também na região mineira houve a exploração de diamantes com o mesmo objetivo da exploração do ouro.

Fazendo uma análise da economia colonial brasileira, houve uma mistura de políticas mercantis com algumas ações que possuíam características de um regime feudal, contando também com aspectos de acumulação primitiva e exploração da classe dos trabalhadores. Essa mistura de sistemas predominou na colônia até o século XIX quando houve mudanças mais profundas na economia como a expansão da produção cafeeira e decadência do trabalho compulsório e substituição pelo trabalho livre assalariado. Sobre a implantação do capitalismo, Cunha (2011) afirma que o Brasil faz parte dos países que “possuíram um capitalismo tardio²¹ com passado colonial e etapas de monopólios na economia”.

De acordo com Lima (2008), houve no período colonial brasileiro um sistema pré-capitalista, no qual elementos do antigo e do novo sistema econômico que vigorava na Europa prevaleceram no Brasil-colônia. Apesar da estrutura existente na produção do açúcar como grandes latifúndios, poderes em torno do senhor de engenho e busca pelo lucro como forma de demonstrar poder através dos gastos excessivos por parte da aristocracia, haviam diferenças profundas quando comparado com o regime feudal, pois houve nessa fase também a acumulação de riquezas, financiamento por parte do capital monetário e expropriação de terras, que no caso do Brasil ocorreram pela expansão da agricultura e pecuária que acabaram tomando as terras indígenas e com isso tornaram-se propriedades da metrópole.

²¹ Segundo cunha (2011) existiram três formas de implantação do capitalismo. A primeira era o capitalismo originário que surgiu na Inglaterra que possuiu passado feudal e acumulação primitiva. A segunda forma era o capitalismo atrasado que tem como exemplo a França e a Alemanha que possuíram passado feudal e passaram diretamente para a etapa concorrencial. A terceira forma de capitalismo consiste no passado colonial com etapa de monopólio imposto pela metrópole. Essa última forma foi a que predominou no Brasil.

CONCLUSÕES

O estudo em relação à história torna-se importante pelo fato de analisar as evoluções sociais ocorridas ao longo tempo bem como o comportamento da sociedade analisada e comparando com os conflitos existentes durante o período estudado. Através das pesquisas históricas, é possível analisar os erros do passado com o objetivo de evita-los no futuro, como também se torna importante estudar os fatos passados na busca de encontrar respostas e solucionar os problemas presentes. Analisar essa evolução foi importante no estudo que mostrou do início do feudalismo até a fase do surgimento do capitalismo incluindo o período das expansões marítimas. O estudo mostrou que não houve uma evolução pacífica e surgiram vários conflitos entre as classes existentes na Europa. Também foi importante analisar que a colonização das Américas surgiu através da expansão comercial que resultou na expansão marítima que foi além da Europa, atingindo outros continentes chegando até a América. Isso mostra que os interesses das classes dominantes europeias sempre estiveram acima da cultura e da sociedade de outras nações existentes e as colônias destinaram-se a atender exclusivamente aos interesses dos europeus.

Conforme foi observado, nem o feudalismo e nem o capitalismo veio pronto para ser implantado na Europa e em outros lugares do mundo. A implantação do sistema feudal ocorreu devido aos aspectos existentes na Europa no período posterior a queda do império romano e as características que prevaleceram como população esparsa, produção autossuficiente e ausência de um poder central foram fundamentais para o surgimento do sistema feudal que predominou do século V ao século XV, que posteriormente cedeu lugar ao capitalismo que surgia das ruínas do feudalismo após a crise ocorrida dentro do sistema feudal.

Foi observado que as mudanças ocorridas a partir do século XI deram início a decadência do sistema feudal, passando por período de crises econômicas e social, alterando as relações comerciais dos feudos, principalmente com as cruzadas em direção ao oriente, que expandiu os mercados para além dos feudos e mudou a demanda dos habitantes e incentivou o comércio entre ocidente e oriente, rompendo com as limitações feudais e encerrando o modo de produção autossuficiente e ascendendo a divisão do trabalho e a economia monetária, o que contribuiu de forma decisiva para o rompimento do antigo regime.

Outro fato analisado foi que essa transição do feudalismo para o capitalismo não ocorreu de forma uniforme e pacífica, ocorrendo em vários períodos conflitos e expansão dos interesses dos arrendatários sobre os camponeses que através dos cercamentos expulsaram os

agricultores de suas terras e foram adquirindo cada vez mais terras e poder. Os camponeses expulsos fizeram parte da mão de obra demandada pela indústria nascente e tornaram-se consumidores dos produtos que a nova indústria produzia. Essa fase de transição do feudalismo para o capitalismo foi definida com uma fase pré-capitalista, período que houve uma mistura do antigo com o novo regime que aos poucos a economia feudal foi cedendo espaço para o capitalismo nascente.

Nessa fase pré-capitalista houve a centralização do poder em torno de um rei absolutista, fazendo nascerem os Estados nacionais no continente europeu, facilitando a transição para o capitalismo, pois nessa fase a burguesia contou com a proteção militar do Estado para expandir seus interesses sobre a população geral. Posteriormente essa expansão dos mercados que já havia rompido com os laços feudais continuaram a crescer e com isso expandiu não só pela Europa, mas para outros lugares como América, África e Ásia, estimulando os exploradores europeus a formarem colônias para garantir um mercado seguro para seus produtos.

No segundo capítulo foi analisado que Portugal tornou-se a primeira nação com poder centralizado na Europa e com isso teve um poder mais organizado para financiar as expedições pelo oceano atlântico alcançando o oceano indico e através da expansão marítima chegou ao sul da África, Índia e Brasil, sendo que na América do sul os portugueses efetivaram sua colonização dando início a uma fase de exploração com o comércio voltado para a metrópole.

Em Portugal já era comum a repartição de terras através das sesmarias como melhor forma de administrar o reino que já possuía poderes centralizados. Com a experiência das expedições marítimas, políticas mercantilistas e exploração das ilhas do atlântico, os portugueses procuraram repassar essa experiência na colonização do Brasil e com isso para efetivação da posse procuraram dividir os domínios em sesmarias como melhor forma de administrar o território. Apesar de algumas semelhanças com o feudalismo como a grande propriedade, o senhor de engenho como autoridade máxima e uma aristocracia que buscava acumular riquezas como forma de esbanjar luxo e poder, havia diferenças profundas com o feudalismo europeu. Um deles é que no feudalismo o trabalho era feito pelos servos enquanto no Brasil os escravos eram que trabalhavam na produção e os cativos faziam parte da produção como um ativo da empresa, no qual era comprado, vendido e suas despesas eram semelhantes às de um custo fixo.

Outra diferença observada no Brasil em relação ao feudalismo refere-se ao poder político existente na colônia, no qual o donatário detinha poderes para controlar parte da

produção e este era subordinado ao reino português que buscava controlar tudo. Apesar das diferenças entre a economia colonial brasileira e o feudalismo, o Brasil-colônia não podia também ser considerado uma economia capitalista, pois no Brasil-colônia não prevaleceu o trabalho livre assalariado, o uso do lucro para fazer novos investimentos e uma divisão definida do trabalho. No Brasil colonial prevaleceu um pré-capitalismo semelhante ao ocorrido na Europa no período da transição do feudalismo para o capitalismo, no qual existem elementos dos dois sistemas que ao longo do tempo o feudalismo vai desintegrando-se cedendo lugar ao capitalismo propriamente dito.

No Brasil não houve uma fase de acumulação primitiva como ocorreu na Inglaterra e nem uma passagem do feudalismo para um capitalismo concorrencial como ocorreu na França, houve um pré-capitalismo marcado pelo passado colonial consolidado com um capitalismo tardio, característico das economias latino-americanas, fato que marcou o processo histórico no Brasil ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUNHA, A. M. *A colonização e o desenvolvimento capitalista no Brasil*. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosdidaticos/textodid14.pdf>>. Acesso em 16/08/2015.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M.; FARIA, S. C. *A economia colonial brasileira (séculos XVI – XIX) 3ª edição*. Atual editora. São Paulo, 1998.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo, 2007.
- HILL, C. *A Revolução inglesa de 1640*. São Paulo: Estudos vermelhos, 2009.
- HILTON, R. et al. *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: Um debate, 5ª edição*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. Disponível em: <<http://copyfight.me/Acervo/livros/Maurice%20Dobby%20&%20Outros.%20A%20Transiçã o%20do%20Feudalismo%20para%20o%20Capitalismo.pdf>>. Acesso em 04/09/2015.
- HUBERMAN, L. *História da riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- JUNIOR, C. P. *História econômica do Brasil 26ª edição*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981.
- LE GOFF, J. *O apogeu da cidade medieval*. Martins fontes: São Paulo, 1992.
- LIMA, A. S. *Caio Prado Júnior e a polêmica “feudalismo-capitalismo” pela desconstrução de consensos*. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/aurora_n3_miscelanea_04.pdf>. Acesso em 27/08/2015.
- MARX, K. *Formações Econômicas pré-capitalistas: Introdução de Eric Hobsbawn, 4ª edição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/marx-k-formac3a7c3b5es-econc3b4micas-prc3a9-capitalistas.pdf>>. Acesso em 27/08/2015
- MARX, K; ENGELS, F. *O Capital: Crítica da economia política: Livro primeiro, o processo de produção do capital, 16ª edição*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.
- _____, *O Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/sites/default/files/biblioteca/marx_engels_manifesto.pdf> Acesso em 18/06/2015.
- _____, *A Ideologia Alemã*. São Paulo, 2001: Martins fontes. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/aideologiaalema_karlm Marx_e_engels.pdf>. Acesso em 18/06/2015.
- MENDES, C. M. M. *A questão do feudalismo no Brasil: um debate político. CEMOrOC-Feusp/Universidade do Porto*, São Paulo, p. 199-212, maio/ago.. 2013.

PETRONZELLI, D. L. ***O Conceito de Formações Sociais pré-capitalistas na obra de Karl Marx e Friedrich Engels entre 1845 e 1848***. Seminário Nacional de Teoria Marxista: Uberlândia, 2014. Disponível em: <http://www.seminariomarx.com.br/eixo02/SOBRE%20A%20CONCEPÇÃO%20DE%20FORMAÇÕES%20SOCIAIS%20PRÉ-CAPITALISTAS.pdf>>. Acesso em 27/08/2015.

RENAULT, E.; DUMÉNIL, G.; LÖWY, M. ***Ler Marx***. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, C. C. ***Repensando o Brasil colonial: Uma análise comparativa entre as obras de formação do Brasil contemporâneo e homens de grossa aventura***. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/62.pdf>>. Acesso em 14/10/2015.

VANZULLI, M. ***Sobre a teoria marxiana da história nas Formações econômica pré-capitalistas***. Crítica marxista, 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo209Artigo5.pdf>. Acesso em 16/08/2015.